

SAWUBONA:

Aplicabilidade da lei 10639/03 e a religiosidade africana no ensino de história

SAWUBONA:

Applicability of law 10639/03 and african religiosity in history teaching

SAWUBONA:

La aplicabilidad de la ley 10639/03 y la religiosidad africana en la enseñanza de la historia

Lavínia Alves Oliveira

Graduanda em Licenciatura em História, Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus XVIII - Eunápolis),
Brasil – laviniaoliveira.2@hotmail.com

Juliana Sales Rodrigues

Graduada em Licenciatura em História, Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus XVIII - Eunápolis),
Brasil - jsr.salesrodrigues@gmail.com

Recebido em: 27/06/2020

Aceito para publicação: 30/10/2020

Resumo

O continente africano é rico em diversidade étnica, devido a colonização, essa pluralidade se faz presente no Brasil, resultando na constituição de uma cultura afro-brasileira, que pode ser percebida por sua vez, na religiosidade, nas cores, hábitos, e culinária, tornando-se assim importante na construção do nosso país, contudo, sabe-se que a população negra brasileira sofre com a desigualdade racial eminente desse processo de colonização e combatê-las significa lutar contra o racismo, sendo religioso ou não. Neste contexto, a criação da Lei 10639/03, é um importante instrumento para defrontar os preconceitos e estereótipos no Ensino de História da África nos bancos escolares, que mantêm uma estrutura eurocêntrica em seus conteúdos, assim, esta lei viabiliza uma educação combativa, reconhecendo o racismo, refletindo sobre o papel do negro na história do Brasil e a valorização da cultura africana e afro-brasileira, buscando também que se faça presente o conhecimento científico construído por pensadoras e pensadores negros. Para além disso, torna-se importante pensar no uso da lei 10639/03 no ensino de História enquanto formação docente, dentro da Universidade. Considerando o que foi exposto, este artigo trata-se de um relato de experiência sobre a criação de um recurso didático (História em quadrinhos), e por meio dele busca-se refletir sobre a aplicabilidade da lei 10.639/03 nos componentes curriculares de Laboratório de Cultura afro-brasileira e Novos Temas para o Ensino e Pesquisa Histórica do curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado da Bahia - *Campus XVIII*.

Palavras-Chave: Ensino de História; Lei 10.639/03; UNEB – XVIII.

Abstract

The African continent is rich in ethnic diversity, due to colonization, this plurality is present in Brazil, resulting in the construction of an Afro-Brazilian culture, which can be perceived in religiosity, the nuclei, habits and cuisine, becoming so important in the construction of our country, however, the black Brazilian population suffers from an eminent racial inequality because of the colonization process, fighting against it means fighting against racism, which can be religious or not. In this context, the creation of Law 10639/03 is an important instrument to discard prejudices and stereotypes about the Teaching of African History in schools, which has maintained a Eurocentric structure in its contents, thus, this law enables a combative education, recognizing racism, reflecting on the role of black history in Brazil and on the valorization of African and Afro-Brazilian culture, also seeking to make present the scientific knowledge constructed by black thinkers. In addition, it is

important to think about the use of law 10639/03 in the teaching of history for future history teachers who still are undergraduate students. This article deals with the creation of a didactic resource (Comic Strips), and through it to reflect on the application of Law 10.639 / 03 in the curricular components of Laboratory of Afro-Brazilian Culture and New Themes for Teaching and Historical Research of the History Degree Course at the State University of Bahia (UNEB) - Campus XVIII.

Key words: History teaching; Law 10.639 / 03; UNEB – XVIII.

Resumen

El continente africano es rico en diversidad étnica, debido a la colonización, esa pluralidad se hace presente en Brasil resultando en la construcción de una cultura Afro-Brasileña, que puede ser percibida a su vez en la religión, en los colores, hábitos y costumbres alimenticias, tornándose muy importante en la construcción de nuestro país. Aun es sabido que la población negra brasileña sufre con la desigualdad racial resultante de ese proceso de colonización, y combatirlas significa luchar contra el racismo, siendo religioso o no. En este contexto, la creación de la ley 10639/031, es un instrumento importante para desarticular los preconceptos y estereotipos durante la enseñanza de la Historia Africana en las aulas escolares, las cuales mantienen una estructura eurocéntrica en sus contenidos. Así, ésta ley permite una educación combativa reconociendo el racismo, reflejando el papel de las personas de color en la historia de Brasil y valorizando la cultura africana y Afro-brasileña, buscando también que se haga presente el conocimiento científico construido por pensadoras y pensadores de color. Además, resulta importante pensar en el uso de la Ley 10639/03 en la enseñanza de Historia durante la formación docente dentro de la universidad. Considerando lo expuesto, este artículo se trata de la creación de un recurso didáctico (Historia en un cuadrado), y por medio de él se busca plasmar la ley 10.639/03 en la aplicación de los componentes curriculares del laboratorio de Cultura Afro-Brasileña y Nuevos Temas para la enseñanza y búsqueda Histórica de la carrera de Licenciatura en Historia de la Universidad del Estado de Bahia- Campus XVIII.

Palabras clave: Enseñanza de historia; ley 10.639/03; UNEB – XVIII.

Introdução

Entre as sociedades de KwaZulu-Natal, província costeira da África do Sul, a saudação mais significativa é *Sawubona*¹, que significa “eu vejo você, tú é importante para mim e te valorizo”. Essa expressão nos propõe fazer alcançar nosso autêntico desejo de compreendê-lo, ver suas necessidades, desejos, medos, tristezas, belezas e virtudes. Afinal, quem não gostaria de ser visto dessa maneira? Poucas coisas são tão enriquecedoras quanto tornar o outro visível, como lhes dar um espaço, presença, relevância em nossos corações e importância dentro do grupo, do lar, da comunidade ou da organização.

Dentro deste contexto, utilizamos esta palavra para nos colocar enquanto estudantes negras da Universidade do Estado da Bahia – *Campus XVIII* e o modo que enxergamos a representatividade de determinadas disciplinas que será abordada ao longo do texto, para a nossa formação, em tempo, esta saudação aponta como devemos observar a lei 10639/03 entre suas virtudes, anseios e incertezas.

¹ SAWUBONA, a bela saudação da bela tribo africana. Disponível em <<https://www.revistapazes.com/sawubona/>>, 2018. Acesso em 20 de maio de 2020.

A partir de 2003 diversas reflexões foram realizadas a respeito do ensino de História e das problemáticas expostas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), entre eles, encontrou-se debates acerca do combate à discriminação racial e o ensino de História da África, de toda forma, atualmente, nota-se que há uma emergência em se falar também do que viemos a classificar de racismo religioso (FIOROTTI, 2019).

Sabe-se que ensinar História da África e religiosidade afro-brasileira aos alunos brasileiros é a única maneira de romper com a supremacia eurocêntrica que vem caracterizando a formação escolar brasileira. Com a lei 10639/03 sancionada deu-se conta das dificuldades de sua implementação, a começar com professores que em suas graduações não tiveram contato com disciplinas específicas sobre História da África.

Em 10 de março de 2004, tendo em vista regulamentar a lei o Conselho Nacional de Educação aprovou o parecer 003/2004 que institui as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas e para o Ensino de História e Cultura afro-brasileira e Africana, neste documento uma série de ações pedagógicas para o conjunto da escola visando a implementação da lei” (BRASIL, 2004).

Neste cenário, a Universidade do Estado da Bahia em seus 37 anos de formação, consolidou-se com uma ação social de ocupar o interior do Estado da Bahia, a partir da multicampia, totalizando 29 departamentos, instalados em 24 campus. Dessa forma, alunos das camadas populares conseguiram iniciar mais um processo de formação nessa universidade.

Dentre a multicampia, há o campus XVIII situado na cidade de Eunápolis, que se originou do Núcleo de Ensino Superior de Eunápolis - NESE, vinculado ao Departamento de Educação - DEDC – X, da cidade de Teixeira de Freitas. No ano de 2000, o NESE desvincula-se do Campus X, tornando-se Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias - DCHT. Hoje é formado pelos cursos de Licenciatura em Letras Vernáculas e História, e Bacharelado em Turismo e Administração.

Aqui destacamos o curso de História, no qual está presente há 12 anos no Campus XVIII. A grade curricular do curso tem o total de 3.275 horas, divididos em 8 semestres. As disciplinas abrangem a história do Brasil, América, África, Ásia, Europa, Laboratórios de Ensino, Fundamentos, Pesquisa, disciplinas pedagógicas, Patrimônio e Estágio.

É importante salientar, que a UNEB foi uma das primeiras, em 2002, juntamente com a UERJ a implantar por deliberação própria, o sistema de cotas para negras e negros, posteriormente para indígenas, e atualmente se expandiu para quilombolas; ciganos; pessoas com

deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades; transexuais, travestis e transgêneros².

Para além disso, há também um incentivo para o(a) aluno(a) negro(a) ingressar como pesquisador, por meio dos projetos de pesquisa e extensão, através de um programa da Pró-reitora de Ações Afirmativas, que só podem concorrer exclusivamente os discentes negros e negras, e recentemente se estendeu para os grupos citados anteriormente. Diante disso podemos ver o quanto a UNEB vem tentando através desses anos de existência manter o seu caráter inclusivo.

Essas ações afirmativas, conforme afirma Bernardino (2002) podem ser compreendidas como políticas públicas que visam corrigir desigualdades socioeconômicas e/ou raciais procedentes de discriminação, atual ou histórica, sofrida por algum grupo de pessoas, sendo assim, tem como o objetivo principal a equidade de oportunidades para grupos que se encontram em situação de inferioridade, contudo seu caráter é provisório, ou seja, são propostas que se realizam até que a situação seja resolvida.

Contudo, nota-se que o Brasil, é, entre os países, um dos mais marcados pelo racismo, mesmo tendo o maior número de negros, ficando atrás apenas para o continente africano, assim, é necessário que uma universidade baiana esteja fazendo uso das medidas determinadas no parecer 003/2004 e disponibilizar nas grades curriculares componentes que atendam a demanda da lei 10639/03.

A lei 10639/03 e sua aplicabilidade nos componentes curriculares de Novos Temas e Laboratório de Cultura afro-brasileira, no campus XVIII

Todos os dias somos bombardeados com notícias a respeito de atitudes e violência de cunho racista, devido a estas ações, convivemos com uma realidade brutal e perversa que não é somente visível pela constatação das diferenças, mas culmina em desqualificar e inferiorizar o negro.

Conforme aponta Nascimento (2018) a situação econômica, social e política da população negra em nosso país possui raízes históricas oriundas do período colonial, que vem se caracterizando por princípios de negação e discriminação, tais aberturas colabora para o pro-

² UNEB completa 63 anos. Disponível em <<https://portal.uneb.br/noticias/2019/05/31/uneb-completa-36-anos-de-institucionalizacao-uma-historia-de-toda-a-bahia/>>, 2019. Acesso em 20 de maio de 2020.

cesso de marginalização da população afrodescendente, bem como, tudo o que compõe sua herança histórica, como religiosidade e estética negra.

Contudo, passados mais de um século ou 132 anos da Abolição da Escravatura, o Brasil continua sendo um país de tradição escravocrata e colonialista, onde o racismo estrutural persiste nas relações sociais, de poder e oportunidades, isto por que, como se nota o Ensino de História da África sempre foi deixado em segundo plano nos bancos escolares, e quando era abordado vinham carregados de estereótipos, resumindo o continente africano a miséria, fome, doenças, e em relação a cultura e religião afro-brasileira, os mesmos permanecem excluídos.

Com relação a religiosidade no território brasileiro segue um pequeno relato descrito por Eliane Gouveia e Michelle Veronese concernente há um aspecto recorrente em diversas salas de aula:

Um aluno é evangélico, outro é adepto do candomblé, um segue o espiritismo, outro participa da renovação carismática e há aquele que prefere não ter uma religião. Todos convivem bem em sala de aula, até que, certo dia, a harmonia é quebrada. *O primeiro diz não concordar com as crenças do segundo, que critica a devoção do terceiro, que afirma não gostar da religião do quarto, que tenta converter o quinto...* A partir daí, ninguém se entende mais. Aos olhos de quem desconhece o campo religioso brasileiro, o exemplo acima poderia parecer impossível. Mas, embora exagerado, não está assim tão distante da nossa realidade. Em um país marcado pela efervescência religiosa, não é surpresa encontrarmos, mesmo no restrito espaço de uma sala de aula, uma pequena amostra do que vislumbramos fora dela. E se a diversidade de práticas e crenças está presente ali, também estão os embates e tensões que ocorrem entre diferentes religiões (GOUVEIA; VERONESE, 2013, p.02).

Diante deste contexto, um desafio é lançado aos docentes, que conforme já fora salientado passa por sua graduação sem contato algum com componentes curriculares que discuta os embates enfrentados entres as diversas religiões, principalmente as religiões brasileiras de matrizes africanas ou religiões afro-brasileiras, como os candomblés e as umbandas.

De todo modo, como lidar em situações como estas? Na maioria dos casos quando ocasiões semelhantes acontecem, tendem a evocar o velho ditado popular: Futebol, política e religião não se discutem”. Em muitos momentos esse dito pode-se tornar útil para acalmar os ânimos, por exemplo, em uma sala de aula, já que os três aspectos despertam opiniões divergentes, contudo, cabe lembrar, que a escola é o lugar onde transformar religião em tabu não é a melhor estratégia, pois, muitos estereótipos, preconceitos e a prática do racismo podem ser reforçados com o silêncio do professor. Outro fator a ser observado em nossas práticas segundo Gouveia e Veronese é a seguinte:

[...] quando estudantes que compartilham a mesma crença religiosa se dividem em grupos, evitando interagir com os demais. A intolerância, algumas vezes, pode permanecer velada; noutras, pode tornar-se explícita. Nesse último caso, uma reação comum é a de demonizar as práticas religiosas dos colegas adeptos de outras religiões, que passam a ser referidos como hereges, feiticeiros, adoradores ao demônio, entre outros termos depreciativos (GOUVEIA; VERONESE, 2013, p.03).

A questão a ser retomada é: o que fazer nestes momentos? deve-se lembrar que os princípios religiosos de todos em sala de aula devem ser respeitados, e não ser realizada uma supremacia de uma sobre as outras. Existem muitos professores que seguem a vertente do cristianismo e por este fator se sente incomodado ao tratar da religiosidade africana, contudo é sábio compreender como salienta Dayrell (2001), que a escola é um espaço sociocultural e como tal ela é fruto de uma construção cultural, portanto dinâmica e polissêmica, e por isto, as religiões de matrizes africanas deve ser ensinadas em sala de aula, e não somente, o Cristianismo, Judaísmo e Islamismo, mesmo que este último também sofra devido aos estereótipos criados em torno dele.

Deste modo, devemos pensar a sala de aula, tanto do ensino fundamental, médio, ou graduação, como locais de relações sociais, e nesse momento vamos encontrar personagens envolvidos tanto em relações institucionais quanto cotidianas, marcados por conflitos e alianças. Dessa maneira teremos “[...] João, do candomblé; Maria, do espiritismo; José, da renovação carismática; Madalena, evangélica; Francisco, ateu” (GOUVEIA; VERONESE, 2013, p. 10), logo, esses indivíduos trazem para o espaço compartilhado da sala de aula suas visões de mundo. As paredes da escola não bloqueiam essas possibilidades.

Com a Lei 10.639/03, houve a obrigatoriedade de apresentar a história da África e afro-brasileira no ensino e nos livros didáticos. A Lei versa:

Art. 26 - A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, tornou-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura afro-brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§2º Os conteúdos referentes à História e Cultura afro-brasileira ministrados no âmbito e todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira³

Pensando sobre este cenário, a Lei 10.639/03 trouxe outra perspectiva para o ensino de História na sala de aula, onde permite a participação dos sujeitos negros, das religiões de matrizes africanas, da História da África, sejam debatidas e objetos de estudo no Brasil. Pen-

³LEI nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>, 2003. Acesso em 21 de maio de 2020.

sando a inserção da cultura afro-brasileira e de seus descendentes na educação, é um saldo positivo por contemplar a participação desses sujeitos como indivíduos, que foram e são totalmente capazes de se organizar, formar redes de cooperativismo e laços familiares, para além disso, tornou-se possível a desconstrução de uma sociedade preconceituosa e a valorização das representações étnico-raciais no ensino de História.

Pensando o ensino de História e a sala de aula, é interessante refletirmos sobre a aplicabilidade da lei 10.639/03 nos componentes curriculares do curso de História do *campus* XVIII - UNEB. A partir da grade curricular, observamos que dentre as disciplinas ofertadas, quatro tratam do Ensino da História da África, sendo elas: História dos Povos Africanos Pré-Coloniais, Participação e Formação dos Estados Nacionais Africanos, História da África Contemporânea, Laboratório de História e Ensino de Cultura afro-brasileira, para além delas há Novos Temas para o Ensino e Pesquisa Histórica, que aborda temas relacionados a como utilizar a lei 10.639/03 na sala de aula.

Diante do que diz os parâmetros da lei acima, na UNEB - Campus XVIII é notório a aplicabilidade da mesma, já que perante as disciplinas citadas o ensino da História da África se faz presente, desde o período anterior à colonização, durante, até a sua influência no Brasil. Já o Laboratório de Ensino de Cultura afro-brasileira, para além do contato com fontes que viabilizam o uso didático enquanto formação docente, ainda os discentes têm a possibilidade de construir um produto para ser utilizado como ferramenta pedagógica, como por exemplo, a HQ que será apresentado no próximo ponto.

Especificamente as disciplinas de Novos Temas e Pesquisa Histórica e Laboratório de História e Ensino de Cultura Afro-brasileira, durante as aulas junto ao arcabouço teórico houve discussões e debates que nos deu possibilidades de trabalhar a Lei 10.639/03 na sala de aula, um exemplo é o uso de HQ e religiosidade afro-brasileira para o ensino de História. De acordo com Marcelo Messias Ponchio e Cairo Mohamad Ibrahim Katrib,

O papel do professor enquanto mediador de aprendizagens significativas é acima de tudo, caminho para se buscar desenvolver no aluno a capacidade de interlocução a partir de uma postura investigativa e crítica. Essa postura possibilitará um melhor esclarecimento aos alunos de que ação tomar diante de uma situação-problema, a exemplo das relacionadas ao preconceito étnico-racial na escola, onde se evidencia a existência do racismo e a necessidade de valorização e respeito aos negros e à cultura africana ([KATRIB; PONCHIO, 2012, p. 567).

A partir das atividades desenvolvidas em sala de aula através da disciplina citadas acima, pôde-se ter acesso a materiais que discutem o uso de ferramentas que freiam problemas

relacionados ao racismo e intolerância religiosas, além de mostrar proporcionalidade de interpretação da sociedade brasileira pela luz da cultura africana, o interessante também, que durante o desenvolvimento desses componentes, houve a mesa redonda intitulada “Religião e espiritualidade” com o I ciclo de diálogos: Religião e suas interfaces⁴ organizada pelo Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão do *campus* XVIII.

Cabe salientar que foi um momento que colaborou com o andamento das disciplinas, pois forneceu um momento de reflexão e debates com representantes de diversas comunidades religiosas da cidade de Eunápolis, ainda, foram esclarecidas as dúvidas concernentes aos estereótipos criados em torno das religiões de matrizes africanas, um ponto interessante é que de certo modo, foi esclarecedor, que muito dos preconceitos e racismo é por ignorância e falta de conhecimento a respeito das mesmas.

Ações como esta em conjunto com os desdobramentos dos componentes curriculares oferecidos na grade curricular do curso de História faz com que o racismo e a intolerância podem ser superados a partir de práticas educativas de História, isto nos permite dizer, da responsabilidade adquirida pelos coordenadores e docentes do colegiado de enquanto promotores de ideais de cidadania e combate ao racismo, no qual a lei 10.639/03 se faz importante ferramenta de problematização e desconstrução.

Para além das disciplinas que abordam o Ensino da História da África, há produções monográficas que podem ser utilizados como material pedagógico, um exemplo é o Trabalho de Conclusão de Curso do egresso Reinan Mota. O resultado da sua pesquisa sucedeu em um site intitulado “Em Roda de Vadios”⁵, que disponibiliza ferramentas que norteiam o professor de História com materiais voltados ao ensino de história da Bahia através da capoeira, tais como textos, atividades, filmes e um vasto arquivo que possibilita trabalhar a lei 10.639/03 na sala de aula.

É significativo saber que o *campus* XVIII tem um segmento de alunos amplo que são adeptos do cristianismo, então, antes de preparar o material didático, os recursos para a aula

⁴ Este ciclo de diálogos teve a presença de professores do curso de Turismo e História, onde foi tratado sobre o racismo religioso, que é uma problemática recorrente no Brasil. Ainda, contou com os representantes de diversas Igreja e Centros religiosos, como Candomblé, Adventista do Sétimo Dia, Assembleia de Deus, Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias entre outros.

⁵ MOTA, Reinan. Em Roda de Vadios. Disponível em <https://sites.google.com/view/emrodadevadios/p%C3%A1gina-inicial?authuser=0>, 2020. Acesso em 25 de Maio de 2020.

de História, esses componentes possibilita que cristãos ou não tenha acesso a problematizações sobre religião, e principalmente sobre religiosidade africana.

Lira e Melo em sua pesquisa em escolas da rede pública e privada de Pernambuco evidencia que uma das razões para a dificuldade do ensino de História da África é em virtude “[...] das origens extra cristãs deste formato de crença, causado pelo poder hegemônico do cristianismo no Brasil” (LIRA; MELO, 2017, p.689), logo, este é um fator preponderante as escolhas feitas pelos docentes ao ensinar religiosidade africana, torna-se ainda mais difícil quando, conforme detalha os autores citado acima, “[...] os profissionais da educação básica não sabe de que forma a religiosidade afrodescendente pode contribuir de maneira significativa para o processo de ensino-aprendizagem”(LIRA; MELO, 2017, p.689), assim, os componentes de Novos Temas e Laboratório de História e Ensino de Cultura Afro-brasileira é tão relevante e significativa para os estudantes de História do *campus XVIII*.

Ainda, contribui para que o ensino de cultura afro nas escolas não fique restrito ao dia da “Abolição” da escravatura no 13 de maio, dia do Folclore, 24 de agosto, ou o mais expressivo, Dia Nacional da Consciência Negra no dia 20 de novembro. Quando isto acontece, inferiorizam as religiosidades africana e afro e supervalorizamos todas as outras ligadas ao cristianismo. Cabe ressaltar, que o objetivo aqui, não é discutir o cristianismo, mas deixar em evidência que ensinar somente fundamentos de teor cristão na sala de aula, como reforma protestante e contrarreforma, dar margem para que estereótipos ou a demonização da religiosidade africana seja reforçada quando a mesma não é abordada.

Há um caminho a ser percorrido, tendo em vista a relutância por docentes e discentes no que se refere a religiosidade africana. De todo modo, são componentes que viabilizam a aplicabilidade da lei 10.639/03 no *campus XVIII-UNEB*, bem como, os graduados do curso de história em sua carreira docente. Como salientado, estes componentes, possibilita a criação de recursos didáticos para o ensino de história da África e cultura afro-brasileira, aqui sendo uma História em quadrinhos e Sequência Didática.

Das Histórias em quadrinhos à Sequência didática

Conforme visto acima, as disciplinas de Laboratório no *Campus XVIII* da Universidade do Estado da Bahia, aqui sendo os componentes de Novos temas e Cultura Afro-brasileira, se propõe a elaborar durante as aulas, materiais que possam ser utilizados nos estágios super-

visionados e por todos os demais estudantes e profissionais da educação. Assim, para estas duas disciplinas a proposta foi a elaboração de uma História em quadrinhos (HQ) e uma Sequência Didática.

Sob orientação da professora, que ministrava aula para os dois componentes, a turma que era composta por 20 alunos, foi organizada em dois grupos, cada um sendo responsável pela confecção dos materiais. Esta atividade visou compreender como os mitos afro-brasileiros contribuem para a produção e a perpetuação dos saberes do povo negro, isto pois, nota-se a necessidade mesmo após 17 anos da lei, que o conhecimento acerca das tradições culturais afro-brasileiras seja esclarecedor e viabilizado.

Mediante as discussões, foi possível refletir que a necessidade de se trabalhar tanto a história quanto a cultura afro-brasileira no espaço escolar para que haja a possibilidade de se discutir o valor e a influência desses povos na constituição da cultura brasileira. Cabe salientar, que em sua maioria, quando tratamos das mais diversas culturas, centralizamos todo conhecimento para a cultura europeia, utilizando-a para se falar de hábitos, costumes e religião, como resultado, ouvimos relatos de conflitos e ataques às religiões de matrizes africanas, como o Candomblé e a Umbanda no ambiente escolar.

Refletindo sobre essas questões e tendo conhecimento sobre tais atos, a História em quadrinhos intitulada: *Iemanjá: rainha das águas* foi construída para que o ensino sobre religiosidade africana seja feito nas séries iniciais do fundamental II, sendo este conteúdo voltado para o 8º ano. Diante disto, houve a preocupação em ser um material com linguagem de fácil compreensão, em formato de diálogo, e colorido para despertar interesse do leitor, que para este material terá entre 13 a 14 anos.

Nesta perspectiva, cabe apontar, que a utilização de diversos recursos didáticos tornam-se ferramentas importantes para o Ensino de História. Maria Schmidt e Marlene Cainelli ao discorrerem sobre este assunto, elucidam que “recursos são os materiais disponíveis para a ação didática” (SCHMIDT; CAINELLI, 2004, p.32), logo, podemos considerar imagens, músicas, história em quadrinhos, elementos da cultura material entre outros. Assim sendo, quando falamos sobre recursos didáticos e seus usos significativos, considera-se algo que será escolhido pelo/a professor/a para mediar a relação ensino-aprendizagem que neste espaço versa de história e a cultura afro-brasileira.

Como salientado, a História em quadrinhos, foi a ferramenta escolhida a ser produzida nestes componentes curriculares, isto porque as revistas em quadrinhos, entre outros fatores,

possibilitam aos educadores/professores formularem aulas mais divertidas e que façam relação com as vivências dos estudantes. Destaca-se aqui, que os quadrinhos formam de maneira ampla parte significativa do capital cultural de discentes e docentes por meio da indústria cultural, dos meios de comunicação e entretenimento.

Ao discorrer sobre bagagem ou capital cultural, Helenice Rocha afirma que “[o] capital cultural constitui um aprendizado compartilhado entre alunos e professores, pois as referências culturais são próximas, e uns e outros vivenciam práticas culturais semelhantes” (ROCHA, 2014, p.90), logo, nas aulas de História, tais conhecimentos apontados pelos discentes se traduzem em informações prévias que podem se aproximar dos conhecimentos históricos escolares ou serem desmistificados.

A utilização de HQs no ensino de História tem se firmado lentamente nas últimas décadas, em especial em decorrência do movimento historiográfico de ampliação da noção de fontes e pela abertura do espaço escolar para seu uso conforme aponta Rocha (2015), para além disso, cabe destacar, que desde meados do século passado tornou-se comum encontrar histórias em quadrinhos direcionados ao trato de eventos históricos com cunho educativo, mas poucas produções concernentes a HQs sobre religiosidade africana.

História em quadrinhos: “Iemanjá, a rainha das águas”

Diante desta necessidade a HQ sobre Iemanjá foi construída, tratando-se então de uma atividade que possibilita dialogar, contextualizar o ensino da cultura afro-brasileira no espaço escolar, principalmente nas aulas de História, com destaque aos mitos do panteão afro-brasileiro, que aborda questões orientadoras como aspectos ligados a religiosidade, saberes ancestrais, mulheres negras e resistência, assim, são diálogos que trazem diversas perguntas como se estivéssemos na sala de aula.

A HQ em questão é composta por seis páginas, sendo elas de capa, contracapa, conteúdo e créditos finais. Os personagens são uma professora e três alunos, duas meninas e um menino. Devido aos recursos do *site*⁶ utilizado não foi possível a criação de mais personagens e mais ambientes para o cenário da proposta, de toda forma, não invalida o conteúdo apresen-

⁶<https://www.storyboardthat.com/pt/storyboard-criador?try=1>. Este site é uma ferramenta simples de criação em História em quadrinhos. É voltado para os iniciantes em criação de HQs, então seus recursos são básicos, contudo não invalida a confecção do mesmo.

tado. O quadrinho se passa na sala de aula da professora Jaise da Escola Talismã numa manhã de segunda-feira.

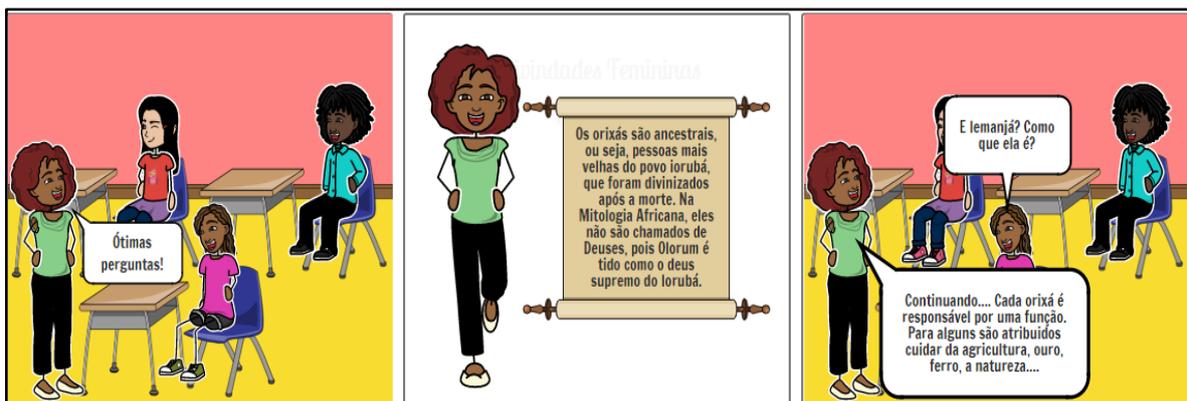


Conforme vemos as cores do cenário são cores fortes e chamativas para que o estudante ao ler, fiquem atentos ao quadrinho. Para além disso, pode-se notar traços que reconstituem uma sala de aula, como por exemplo, o tema da aula no quadro, a linguagem dos balões que são de acordo as expressões que o corpo alunado expõe, como, “foi massa”, ou pensamentos “eu quero mais um final de semana”.

No decorrer da história do quadrinho a professora Jaise apresenta o significado de diversos conceitos utilizados nas aulas de História, tais como, mito, candomblé e orixás. No quadrinho essas explicações aparecem em cenas únicas, como vemos na tirinha a seguir, como se a professora Jaise estivesse se comunicando com o público.



Podemos notar conforme nota explicativa no segundo quadro da tirinha acima, que os conceitos apresentados são explicados de maneira simples, tendo em vista que é um HQ para o fundamental II, e que traz também novas informações, como, por exemplo, o candomblé é uma religião, e além disso, monoteísta. Em muitas ocasiões o candomblé não é tratado como religião, isto pela negação que as religiões de matrizes africanas sempre sofreram no território brasileiro.



A HQ vai caminhando por notas explicativas e questionamentos dos estudantes, como, “e Iemanjá, como ela é?” e a professora Jaise vai respondendo as questões conforme vão aparecendo, cabe prestar atenção nas expressões faciais dos alunos e da professora que estão felizes ao tratar desta temática. Pode parecer que devêssemos apontar discussões e debates mais

duros com relação a religiosidade africana, mas vale aqui atentarmos que o objetivo dentro da HQ foi de apresentar o conteúdo histórico sobre religiosidade, e que o docente que utilizar o que HQ vai orientar a discussão em sala de aula.

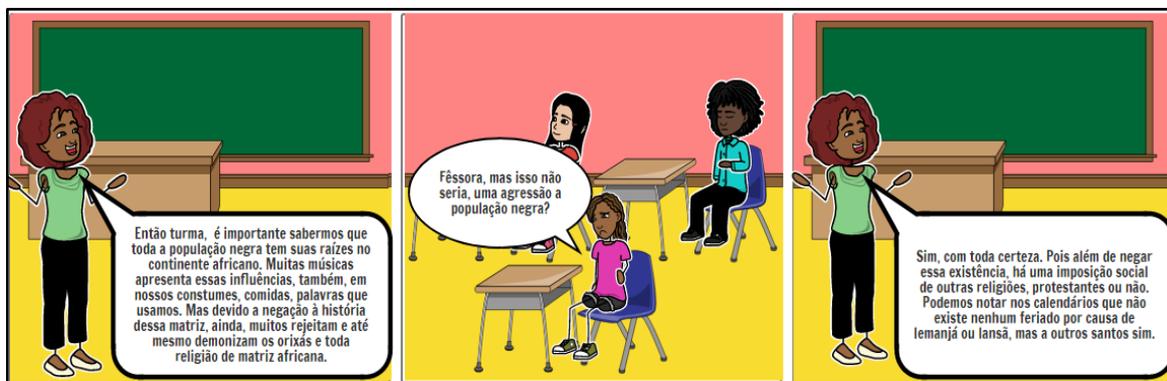
Deve-se elucidar a escolha de Iemanjá como personagem principal desta história. No Laboratório de Novos Temas, houve uma discussão acerca do conceito de gênero. Segundo afirma Carla Pinsky (2009) a primeira vez que os estudantes ouvem a palavra gênero (masculino ou feminino) não será provavelmente no sentido que lhes apresentarão os historiadores, mas sim, dos professores de língua portuguesa, e/ou até mesmo passem por todas as séries escolares sem nenhum contato com um dos conceitos mais evidentes na atualidade.

A escolha da professora, o número significativo de alunas na história e o orixá serem uma figura feminina podem despertar nos leitores questionamentos do porquê não apresentarmos Oxum ou Ogum ou outro orixá masculino, que são mais frequentes em falas e abordagens, claro que, essas discussões e orientações podem ser promovidas pelo docente. Para, além disso, Iemanjá é uma orixá de grande importância e poder dentro do candomblé, que por vezes é negligenciada, e motivo de “piadas” entre os adolescentes.



Neste HQ a história sobre Iemanjá é contada a partir do seu mito de criação, conforme quadrinho acima, a relação dela com sua família, datas comemorativas são apontadas e suas diferenças nos estados do Brasil, como o significado de suas cores. Ainda, nome de outras orixás femininas são apontadas na HQ, possibilitando novas pesquisa e trabalhos em sala de aula.

Em tempo, a HQ ainda aponta por meio de um dos personagens a necessidade dos estudantes se questionarem por não haver discussões frequentes e conteúdos sobre as divindades femininas e sobre a mitologia iorubá, ou quando falam apenas em novembro. A partir disso, podemos refletir também enquanto estudantes e professores da história se nossa prática está apenas seguindo a obrigatoriedade da lei 10.639/03 ou se está temática faz parte de nossas práticas e reflexões.



Em seus últimos quadrinhos, conforme vemos acima, a HQ aborda a importância de se saber sobre nossas origens africanas, como apresentado na tirinha abaixo. Entendemos que a partir de discussões acerca da mitologia Iorubá e religiosidade afro-brasileira muitos preconceitos e agressões podem ser combatidas, e podemos nos reconhecer enquanto participantes destas mitologias. Muitas vezes elas são apresentadas em músicas ou palavras do nosso cotidiano, mas não procuramos conhecê-las ainda mais, mas como acontece corriqueiramente, a rejeitamos e/ou demonizamos, e como mensagem final, é fazer com que os alunos notem que

piadas pejorativas a religiões de matrizes africanas é uma agressão, tanto a própria religião, como a todo um povo.

Este HQ é o reflexo da aplicação da lei 10.639/03 nos componentes curriculares de laboratório do curso de História do *campus* XVIII/UNEB. Ressaltando que estas produções podem variar entre confecção de paródias, revistas, produção de curtas metragens, e sequências didáticas como veremos a seguir.

Sequência didática

Como apontamos no decorrer do artigo, a HQ e a sequência didática foram elaboradas para uso em sala de aula, suas produções foram realizadas por dois grupos que trabalharam em conjunto pensando a produção da história da HQ e suas possibilidades em sala de aula. A sequência didática foi construída para 04 horas/aulas. Para esta sequência didática o conteúdo escolhido foi mitologia Iorubá, com recorte temático aos saberes da cultura afro-brasileira. O objetivo geral proposto foi o seguinte: apresentar a mitologia africana destacando a mitologia ioruba, dando ênfase a divindade feminina Iemanjá, salientando o papel de resistência desses povos, desmistificando os estereótipos e preconceitos acerca dessa religião.

Entre os objetivos específicos estava a transição da consciência histórica dos estudantes acerca da cultura afro-brasileira, onde tornaria a utilização da HQ como abordagem da religiosidade africana em sala de aula. Além de compreender como os mitos afro-brasileiros contribuem para a perpetuação dos saberes do povo negro. Além disso, esta sequência didática visou também um diálogo com outras disciplinas como Língua Portuguesa e Artes.

Construída em quatro aulas a sequência se organizou da seguinte forma: 1º aula - Conhecimentos prévios dos alunos e introdução ao conceito de mito e a importância dos mesmos no candomblé. Neste momento será apresentado um mapa, primeiro para que os alunos possam compreender a grandiosidade do continente africano e as áreas de ocupação do povo Iorubá.

No segundo momento, será utilizado a música Iemanjá, rainha das águas da cantora Maria Bethânia, que apresenta a variedade de nomes dados a Iemanjá, que também aparece na

história da HQ, bem como, tudo o que caracteriza sua história, como data comemorativa, o festejo que ocorre para ela e diversos nomes africanos que são cantadas na letra da canção que exemplos de saudação da orixá.

A terceira etapa será configurada com a leitura da HQ que poderá ser orientada de forma individual ou em grupo pelo docente responsável. Será disponibilizado o mito de três divindades femininas diferentes para que em grupo eles desenvolvam a história. O quarto momento, será a apresentação e resultados dessas histórias elaboradas pelos estudantes.

O interessante é fazer com que os discentes construam a sequência do quadrinho como se eles fossem publicá-las e divulgá-las, então, pesquisar os mitos, obter o maior número de informações e relacioná-las com seu cotidiano contribuirá para a formação dos mesmos.

A história em quadrinhos e a sequência didática desenvolvida podem ser possibilidades para a aplicabilidade da lei 10639/03 no ensino de história, para além disso, um modo de pensar e refletir sobre a garantia desta lei. O interessante é que, de algum modo, o *campus* XVIII-UNEB promove momentos de debates sobre a referida lei, e não somente isto, pode-se notar, pelos trabalhos monográficos, pelos números de componentes curriculares que esta lei está sendo pensada pelos docentes que compõem o colegiado do curso.

Shikoba: Considerações finais

Quando se cometia um ato inadequado ou ofensivo na comunidade Zulu, a presença de quem a cometeu era requisitada no centro da aldeia. Conta-se que todos ficavam ao seu redor e não o repreendeu, mas por dois dias iam até ele com a saudação *Sapubon* ou *Shikoba*⁷ que significa “estou aliviada em saber que você existe”, isto para fazê-lo lembrar de seus sucessos no passado, suas boas ações e todas as suas qualidades, então quando alguém falava *Sawubona* outro respondia *Shikoba*. Para os Zulus os seres humanos só existem se os outros os veem e os aceitam, então é a comunidade que faz a pessoa.

Alguns podem pensar que estas duas saudações não se relacionam com o que estamos notando sobre a lei 10.639/03, contudo, devemos saber que esta lei existe e valorizá-la, assim, como significa *Shikoba*. Cabe salientar que muitas escolas brasileiras de uma forma ou outra não atendem as demandas que a lei proporciona mesmo sendo significativas e reflexivas para

⁷ SAWUBONA, a bela saudação da bela tribo africana. Disponível em <<https://www.revistapazes.com/sawubona/>>, 2018. Acesso em 20 de maio de 2020.

a construção da consciência histórica da população brasileira, de toda forma devemos ser esperançosos por termos a Lei 10.639/03, pois imagine, na sociedade atual, quão difíceis e inacessíveis poderia vir a se tornar?

Para os estudantes de licenciatura é importante que se atenham às especificações da Lei 10.639/03, e buscar ter instruções e discussões sobre elas nas disciplinas que cursa na graduação. Deve-se pensar a história africana e a cultura afro-brasileira no seu processo de formação e não somente quando já estiver inserido na sala de aula, lembrando que em exercício novas questões poderão surgir e sua prática constantemente pode e vai ser reformulada para atender às demandas dos seus alunos.

As disciplinas de Novos Temas para a Pesquisa Histórica e Laboratório de Cultura afro-brasileira, nos dá enquanto estudantes do Campus XVIII um arcabouço de possibilidades para se trabalhar a lei 10.639/03 em sala de aula. No entanto, entendemos que ainda encontramos dificuldades, as reproduções estereotipadas ainda se fazem presentes, seja na religião de matriz africana, e enquanto professores não desconstruímos visões racistas em forma de brincadeiras entre os estudantes ou deixamos passar por despercebido algumas informações contidas nos livros didáticos dos alunos sobre o continente africano.

Como já dito, há um número relevante de produções monográficas na UNEB/XVIII que abordam temas que podem ser utilizada como fonte para fazer presente a lei, um exemplo é o trabalho do egresso André Lima (2015), em sua pesquisa intitulada *A cidade das mulheres: o poder feminino no candomblé da cidade de Eunápolis (1970 - 2014)*, ele aborda justamente uma religião de matriz africana dentro da cidade de Eunápolis, protagonizado por mulheres. Temos também o da egressa Caroline Lima (2020) *Um olhar sobre os discursos e representações sobre África e negros no cotidiano da sala de aula na escola modelo municipal Antônio Batista no decorrer da semana de consciência negra- Eunápolis, 2017*. Uma outra produção que discute a cidade de Eunápolis, que salienta sobre o continente africano e como ele vem sendo apresentado para os alunos de determinada escola da cidade.

Como mencionado, a Pró-reitora de Ações Afirmativas - PROAF também gerou pesquisas no campus XVIII, entre eles os das alunas Lavínia Oliveira e Caroline Lima (2017), denominado *Os olhares sobre as imagens, discursos e temas de História da África nos livros didáticos de História do ensino fundamental II adotados em Eunápolis, 2017*. As estudantes ressaltaram como vinha ocorrendo o discurso e as imagens retratadas a África nos livros didáticos do sexto ano do ensino fundamental II, redistribuídos nas maiores escolas públicas do

município de Eunápolis, destacando junto a isso, as mudanças e abordagens da efetivação da lei 10.639/03 nos livros didáticos.

Para além de produções sobre a cidade, no campus há outras pesquisas que abordam a presença afro-brasileira no estado da Bahia, através das alianças de solidariedade entre escravizados, como é o caso do trabalho de Atenor Santos (2018), que apresentou *Entre famílias e batizados: Algumas possibilidades de sociabilidade de homens e mulheres escravizadas na vila de feira Santa Anna (1830-1850)*.

Como apresentado, na Universidade do Estado da Bahia, *campus XVIII*, possui disciplinas que tratam do continente africano, e laboratório que versa a cultura afro-brasileira, assim, nós enquanto discentes já adquirimos uma formação com possibilidades de como abordar a lei. E para além da universidade, as produções apresentadas auxiliam professores a trabalhar no espaço escolar.

Por fim, diante do que foi apresentado ao longo do texto, e da criação do produto (HQ) durante a disciplina, entendemos que o seu uso pode ser uma possibilidade de ferramenta da abordagem da lei 10.639/03 no ambiente escolar. E o quanto o curso de História do *campus XVIII* nos capacita durante a formação docente para trabalhar o Ensino de História da África. *Shikoba*.

Referências bibliográficas

BERNARDINO, Joaze. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro, v. 2, n.2, p. 247-273, 2002. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n2/a02v24n2.pdf>>. Acesso em: 21 de maio de 2020.

GOUVEIA, Eliane Hojaij; VERONESE, Michelle. Crenças e saberes em disputa: a religião na sala de aula. **Revista Nures** | Ano IX | Número 25 | setembro-dezembro de 2013, p. 1-13.

KATRIB, Cairo Mohamed Ibrahim; PANCHIO, Marcelo Messias. Utilização e produção de história em quadrinhos em sala de aula: Uma ferramenta interdisciplinar. In: **Educação para as relações étnico-raciais: outras perspectiva para o Brasil**. 1.ed. Uberlândia, MG: Editora Gráfica Lops, 2012.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. Histórias em Quadrinhos e o ensino de História. **Revista História Hoje**, v. 6, nº 11, p. 147-171 - 2017.



MELO, Maria do Carmo de; LIRA, Rozalves de. Ensinar história com a religiosidade Afrodescendentes e a lei n. 10.639/03. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 677-695, jul./dez. 2017.

NASCIMENTO, Daniele Galvani do. **A Lei 10.639/03 entre a teoria e a prática escolar : história e cultura afro-brasileira e africana em uma escola no município de Franca/SP** /Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho” Faculdade De Ciências Humanas E Sociais. –Franca : [s.n.], 2018.

PINSKY, Carla (org.). Gênero. In: **Novos temas nas aulas de história**. São Paulo: Contexto, 2009.

ROCHA, Helenice A. P. Aula de História: que bagagem levar? In: MAGALHÃES, Marcelo; ROCHA, Helenice; GONTIJO, Rebeca. (Org.). **A escrita da história escolar: memória e historiografia**. 1 ed., v. 1. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2014. p. 81-104.

ROCHA, Helenice. Linguagem e novas linguagens: pesquisa e práticas no ensino de história. In: _____.; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (Org.) **O ensino de história em questão: cultura histórica, usos do passado**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015. p.97-119.

SANTOS, Jocéli Domanski Gomes dos. **A lei 10639/03 e a importância de sua implementação na educação básica**. Disponível em <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1409-8.pdf>>. Acesso em 26 de maio de 2020.

SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.